

**DICIONÁRIO  
DOS  
DESEMBARGADORES  
(1640-1834)**

*José Subtil*

**Ficha Técnica:**

Título: *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*

Autor: José Subtil

Editora: EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S. A.

Rua de Sta. Marta, n.º 56

1169-023 Lisboa

Design e Composição Gráfica: Samuel Ascensão

Impressão: Tipografia Abreu, Sousa & Braga, Lda. - Braga

ISBN: 978-989-8191-14-4

Depósito Legal: 316063/10

Subtil, José

Dicionário dos desembargadores: 1640-1834 / José Subtil; pref. António Manuel Hespanha; colab. Nuno Camarinhas. -Lisboa: EDIUAL, 2010. 604 p.

ISBN 978-989-8191-14-4

CDU 94 (469)

# ÍNDICE

Nota de Apresentação e Agradecimentos .....	5
Prefácio de António Manuel Hespanha .....	7
Os desembargadores no Antigo Regime (1640-1820) – Nuno Camarinhas.....	13
Os desembargadores na Transição para o Liberalismo (1820-1834) – José Subtil .....	39
Orientações gerais .....	57
I Parte do Dicionário - Os desembargadores entre 1640 e 1819 (1763 entradas) .....	59
II Parte do Dicionário - Os desembargadores entre 1820 e 1834 (149 entradas).....	543
Índice onomástico de 1912 desembargadores.....	579

## NOTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A primeira fase dos trabalhos deste dicionário realizou-se entre 1996 e 1998 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa como parte integrante do projecto *Optima Pars, Elites no Portugal Moderno (1600–1834)*, financiado pelo Gabinete *Praxis XXI*<sup>1</sup>. Colaboraram comigo o João Sabino e a Sandra Boavida. Por falta de novos financiamentos não foi possível continuar os estudos até meados de 2007, altura em que o IIPUAL (Instituto de Investigação Pluridisciplinar da Universidade Autónoma de Lisboa) decidiu aprovar a inclusão do dicionário na linha de investigação sobre *Actores Sociais e Territórios de Poder*. Passaram a colaborar comigo, até meados de 2009, o Nuno Camarinhas e a Odete Pereira e o dicionário ficou concluído no mês de Setembro.

Quero agradecer a todos os que participaram no projecto, a começar pelos responsáveis na recolha da informação, o João Sabino, a Sandra Boavida e a Odete Pereira. Um agradecimento especial ao Nuno Camarinhas pela sua colaboração na conclusão dos trabalhos e pelo magnífico texto que acompanha a sua edição. Ao Instituto de Ciências Sociais que acolheu o projecto desde o início, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Universidade Autónoma de Lisboa que o patrocinaram financeiramente e à EDIUAL, na pessoa do seu Director Doutor Miguel Figueira de Faria, por se ter prontificado a editá-lo.

Uma gratidão muito grande ao António Manuel Hespanha por ter sido o seu principal impulsionador e pelo estímulo permanente à sua concretização.

José Subtil

Oeiras, Outubro de 2009

---

<sup>1</sup> Sobre os resultados desta fase dos trabalhos ver José Subtil, «Os Desembargadores em Portugal (1640-1820)», *Optima Pars, Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, organização de Nuno G. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2005 pp. 253-277.

# UMA NOTA INTRODUTÓRIA

*António Manuel Hespanha*

Há uns anos – na verdade, já quase vinte – iniciei com alguns colegas e, então, estudantes, um projecto de prosopografia de juristas portugueses<sup>1</sup>. Nessa altura, o que nos interessava era reconstituir o grupo dos que foram autores de obras de direito, no intuito de preparar estudos semelhantes aos que estavam a ser propostos por Filippo Ranieri, sobre sociologia da literatura jurídica<sup>2</sup>. Os dados dessa monumental recolha permanecem inéditos e sem utilização, pela descontinuidade do projecto e a falta de pessoas especializadas em certos aspectos mais técnicos.

Entretanto, esta empresa despertou a atenção para a prosopografia dos juristas, em geral; e, em especial, para a dos magistrados, cujas vidas e carreiras podiam contribuir enormemente para a compreensão da política de Antigo Regime. Tal como, mais tarde, pode ilustrar com muito proveito a história contemporânea, pelo menos até aos anos 30 do século xx.

Três colegas, em especial, se comprometeram em estudos deste tipo. Uma tratou dos fluxos e destinos dos estudantes de direito<sup>3</sup>; outro desbravou uma magnífica colecção de biografia de magistrados feita por frades alcobacenses no século xviii<sup>4</sup>. Por fim, José Subtil, continuando a sua contribuição para o projecto *Optima pars*, continuou a sua

---

<sup>1</sup> *Storia Iurisprudentia Lusitania Antiquae*, no ICS/UL (1992-1994); *Optima Pars*, no ICS/UL (1996-98).

<sup>2</sup> Filippo Ranieri, «Juristische Literatur aus dem Ancien Regime und historische; Literatursoziologie, Einige methodische Vorüberlegungen», in: *Aspekte; europäischer Rechtsgeschichte. Festgabe für Helmut Coing zum; 70. Geburtstag*, Frankfurt am Main 1982, 293-322; «Juristische Universitätsdisputationen im 17. und 18. Jahrhundert. Zur Analyse des deutschen Autoren- und Händlermarktes», in: E. V.; Heyen (Ed.). *Historische Soziologie der Rechtswissenschaft*, Frankfurt; am Main 1986, 157-172; «The Lawyers in the Holy Roman Empire of the 16th to the 18th Century. A Historical Data Base», *Historical Social Research*, Vol. 14, 1989, n.º 3, pp. 62-67; «Vom Stand zum Beruf. Die Professionalisierung des Juristenstandes; als Forschungsaufgabe der europäischen Rechtsgeschichte der Neuzeit», *Ius Commune*. 13 (1985), 83-105 (trad. port. Em Penélope. Fazer e desfazer a história, 1(1990)); Filippo Ranieri, «Eine Datenbank ber juristische Dissertationen und Juristen im; Alten Reich. Ein Projektbericht, in: *Historical Social Research*», *Quantum; Information*, 37 (1986), 109-115; 66; *Historical Social Research*, Vol. 14-1989-No. 3, 62-67; Ranieri, F. und Neugebauer, R., «Golem als Werkzeug des Rechtshistorikers», *Informatik und Recht*, 11/12 (1986), 476-481; «Der Universitätsbesuch der deutschen Rechtsstudenten am; Übergang zwischen 16. und 17. Jahrhundert. Ein rechts- und sozialhistorischer; Beitrag zur Mobilität der Juristen im Alten Reich», *Ius Commune*, 15 (1987), 67.

<sup>3</sup> Joana Estorninho de Almeida, *A Forja dos Homens. Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Séc. XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

<sup>4</sup> Nuno Camarinhas, *Letrados e Lugares de Letras. Análise prosopográfica do grupo jurídico. Portugal, séculos XVII-XVIII*, Lisboa, ICS/UL, 2000 (policopiada); Les juges portugais d'Ancien Régime, 1620-1800. Tese de doutoramento na Ecole des hautes études en sciences sociales, Paris, Histoire et Anthropologie du Monde Hispanique seminar, EHESS and Université de Paris I, 2006 (a publicar brevemente por L'Harmattan); «The Crown's Judges - The judicial profession in Ancien Regime Portugal, 1700-1709» in K. S. B. Keats-Rohan (ed.), *Prosopography: Approaches and Applications. A handbook*, Oxford, Prosopographica & Genealogica, 2007.



sistemática investigação das biografias de altos magistrados, que já tinha dado resultados que se revelaram muito esclarecedores em dois dos seus trabalhos de história política<sup>5</sup>.

O presente livro insere-se nesta linha de estudos, reunindo agora uma soma impressionante de dados, controlados directamente pelas fontes arquivísticas ou outras de primeira mão.

No plano da história política e social, isto permite compreender muito melhor a estrutura dos grupos de poder, bem como o modo de integração e ascensão neles e os processos pelos quais estes exerciam o seu mando.

No caso dos magistrados, este mando podia revestir duas formas típicas.

Uma delas, destacada por J. Subtil nos seus estudos sobre o Desembargo do Paço e sobre o «terramoto político», era a da ocupação de lugares de topo nos círculos da decisão política. Isto acontece já no século XVII, com o governo de juntas, nos tempos de Lerma e de Olivares, e com muitos dos secretários dos reis<sup>6</sup>, mas incentiva-se imenso com o governo pombalino, como mostrou Subtil nos dois livros citados. Depois da Revolução, o modelo não desaparece, pois vários foram os juristas que ascenderam, não apenas ao Parlamento (e aí tiveram uma intervenção decisiva – Manuel Fernandes Tomás, Manuel Borges Carneiro, José Ferreira Borges, Francisco Trigoso, Correia Teles, António Bernardo da Costa Cabral e tantos outros), mas ainda ao Conselho de Estado e ao Ministério, e não apenas ao da Justiça e Cultos. Sem esquecer que eram juristas os membros do Supremo Tribunal de Justiça que, embora não fosse um tribunal de cassação à maneira francesa, acabava por ter bastante influência em algumas decisões relativas à administração.

A outra forma de exercício do mando era mais discreta, mas não menos efectiva, difusa e quotidiana. Tratava-se do seu espaço de decisão no foro, decisão dependente de cada juiz, mas guiada também pelos parâmetros traçados, na Universidade, por outros juristas<sup>7</sup>. Aí, o poder dos letrados já não dizia respeito a grandes questões. Era um poder molecular, implicando particulares<sup>8</sup>. Mas, na vida destes, tocando com a sua liberdade,

<sup>5</sup> *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1996; «Os Desembargadores em Portugal (1640-1820)», em *Optima Pars, Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, organização De Nuno G. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2005 pp. 253-277; Lisboa, Imprensa de Ciências, 2002. «Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826)», *Penélope*, n.º 27, 2002, pp. 37-58; *O Terramoto Político (1755-1759)*, Lisboa, UAL, 2007.

<sup>6</sup> Dos quais destaco António Leitão, estudado por Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640): Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madrid: Casa de Velazquez, 2001 (rec. *The English Historical Review*, June 01) ou Tomé Pinheiro da Veiga.

<sup>7</sup> Cf. «Um poder um pouco mais que simbólico. Juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito», em Ricardo Marcelo Fonseca e Airton C. Leite Seelaender (coords.), *História do direito em perspectiva, Do Antigo Regime à modernidade*, Curitiba, Juruá, 2008, 143-202.

<sup>8</sup> Sobre a organização da justiça em Portugal no século XIX, António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*, Lisboa, Almedina, 2004; e, mais específico, Luís Eloy de Azevedo, «Direito Penal, Magistratura e Inquérito Judicial no Século XIX Português», comunicação apresentada no colóquio internacional *Les enquêtes judiciaires en Europe au XIXe siècle Acteurs-Imaginaires-Pratiques* realizado na Sorbonne em Paris, entre 19 e 21 de Maio de 2005, em *Revista do Ministério Público*, 102 (Abril-Junho 2005); Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, 2003 (com extensa parte histórica).

os seus bens, a sua família, o seu prestígio social<sup>9</sup>. Teoricamente, o liberalismo manteve, nesta matéria, algumas continuidades, ao permitir a manutenção em funções de juízes não letrados, mesmo depois da Reforma Judiciária de 1832 (até à lei de 21.7.1885); e introduziu, mesmo alguma inovação, ao criar o tribunal de júri, uma das reclamações que os liberais pensavam estar no cerne das liberdades cívicas<sup>10</sup>. Como quase tudo quanto se refere à prática judicial, ainda é cedo para se proferirem juízos definitivos sobre o impacto, quer das continuidades de Antigo Regime, quer das inovações liberais. Pois tudo isso está dependente de um tratamento sistemático dos fundos arquivísticos judiciais, que permita estudos pouco enviesados.

Ou seja, não sabemos ainda com certeza qual era a margem de discricionariedade dos juízes na aplicação do direito, embora tudo indique que – apesar da fama de legalismo que envolve este período – a liberdade deixada aos juízes para construir uma solução era muito grande<sup>11</sup>, pois, por um lado, o quadro das fontes de direito, estabelecido pela Lei da Boa Razão (18.8.1769) era muito vasto; e, por outro, a doutrina tão pouco estabelecia critérios unívocos de orientação<sup>12</sup>. Por outras palavras, temos quase como certo que os juízes, nos tribunais de primeira instância e nos tribunais superiores, dispunham de uma *discretion* que se traduzia em poder. Mas, porque não houve ainda estudos, sequer sectoriais, sobre o sentido da jurisprudência, não sabemos de que forma jogava, do ponto de vista social, esse poder, embora a doutrina, uma vez por outra, nos dê conta de algumas correntes jurisprudenciais dominantes.

Outra questão é a de saber quais eram as áreas de conflito em que este poder dos magistrados tinha mais impacto. As dificuldades são quase as mesmas. Porém, para os tribunais em última instância, há repertórios ou mesmo colecções sistemáticas de acórdãos que nos podem possibilitar saber que temas litigiosos eram aí decididos. Há pois um trabalho a fazer, e ele é factível. Uma análise cursória dos repertórios sugere uma preponderância acentuada de questões de natureza processual. Se assim fosse, resultaria que os juízes preferiam resolver os litígios no plano do processo do que no plano do direito substantivo. As explicações poderiam ser de dois tipos. Ou havia mais certeza – e, logo, menos risco de contestação – nas questões processuais (o que se poderia relacionar, ou com o peso de praxes de julgar estabelecidas; ou o facto de a legislação processual ter surgido mais cedo (com as reformas judiciais, que abrangia temas, não apenas de organi-

<sup>9</sup> Cf. Luís Eloy Azevedo, «Jornalismo judiciário no século XIX: o neutro e o palpitante», in *Sub Judice* n.º 25 (2003), pp. 45-53.

<sup>10</sup> Cf. Lucien Jaume, «Sieyès et le sens du jury constitutionnaire : une réinterprétation», *História constitucional*, junio 2002 (<http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional>); Daniela Novarese, «Fra Common Law e Civil Law. Il Jury nell'esperienza costituzionale siciliana (1810-1815)», junio 2002 (<http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional>); António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*, Lisboa, Almedina, 2004.

<sup>11</sup> Cf. A. M. Hespanha, «Um poder um pouco mais que simbólico. Juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito», cit.

<sup>12</sup> Cf. A. M. Hespanha, «Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX. Um ensaio de análise de conteúdo», comunicação ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito, Setembro de 2009 (a publicar nas actas).



zação judicial, mas também de direito processual) facilitava uma decisão mais segura se a questão fosse decidida nesse plano. Mas também é verdade que uma sentença baseada em questões «neutras» e «técnicas» de processo contribui mais para a solidificação de uma imagem do juiz como o cultor de um saber difícil, reservado a técnicos, e neutro. E, com isso, é um factor importante de construção de capital social.

Que, na sociedade e entre os políticos, havia a ideia de que os juízes dispunham de poder, de muito poder, e de que não o usavam bem, isso é algo que muitas fontes nos transmitem.

Citei, a este propósito, estes e outros textos num artigo anterior<sup>13</sup>. Mas vale a pena reiterar a transcrição destes trechos das actas das Cortes Constituintes, que têm paralelo nas dos anos 30.

«O Senhor Borges Carneiro. – A razão porque continuam as vexações dos Ministros, é porque todo o Negocio está dependente do Desembargo do Paço. Todo o Requerimento contra Ministro, ha de ir ao Desembargo do Paço, e ele põe-lhe uma pedra em cima, e tudo fica no mesmo estado. Eu sei de hum Requerimento em que uma parte se queixava de hum Ministro, em razão de injustiças cometida em uns Autos em que requeria que eles subissem à Mesa; passaram-se 20 Ordens, e tudo estava no mesmo. Requeria a Parte ao Desembargo do Paço para virem os Autos, dizia o Desembargo do Paço ‘Passe Ordem 2:000 réis’. Diz outra vez a Parte: ‘Não cumpriu a Provisão, está tudo no mesmo estado.’ ‘Passe Ordem - dizia o Desembargo do Paço - 2000 réis’. Vinha a Parte outra vez. O Ministro não cumpre. Dizia o Desembargo do Paço ‘Passe Ordem. 2:000 réis’. Quarenta mil réis lhe levou de Ordens, e no fim de uns poucos de anos de luta, mandou o Corregedor os Autos. Chegarão à Mesa. Diz a Mesa ‘Remetidos ao mesmo Corregedor para tornar a informar’ Então os Ministros que fazem isto podem por ventura ter amor da justiça? Podem obrar como devem? Certamente não. Não tenho ódio nenhum pessoal àqueles Ministros; Deus lhes dê as fortunas que desejo para mim, mas considerados como Desembargadores do Paço são indignos da confiança Publica. Tudo ali fica emperrado, e a Regência está amarrada sem poder fazer nada; por isso apoio com urgência a moção do senhor Alves do Rio.»

«O senhor Castelo Branco<sup>14</sup>. – O mal é da maior evidência. Se nós víssemos que os Ministros em geral cumpriam as Leis, e a Administração Publica não ia bem; então era uma consequência que o defeito vinha das Leis, e não dos que a executavam. Porem nós todos os dias còramos ouvindo factos praticados pelos Ministros contra as Leis que eles não cumprem. Logo não vem o mal só de que as Leis são defeituosas, mas sim da má vontade dos Executores. Jamais poderemos conseguir o fim que desejamos, uma vez que não tenhamos homens aferrados ao sistema. A males extraordinários, eu não conheço senão remédios extraordinários. Conheço quanto é arriscado o deixar ao Poder Executivo

<sup>13</sup> António Manuel Hespanha, «Nas origens do STJ em Portugal. Governo da lei ou governo dos juízes?» (a publicar); mais testemunhos, em António Pedro Barbas Homem, *Judex perfectus* [...], cit., 573 ss.; e em Luís Eloy de Azevedo, «Direito Penal, Magistratura e Inquérito Judicial no Século XIX Português», cit.

<sup>14</sup> Padre João Maria Soares de Castelo Branco (1767-1831). Cf. Isabel Nobre Vargues, «Vintismo e Radicalismo Liberal - João Maria Soares de Castelo Branco», *Revista de História das Ideias*, 3 (1981), pp. 177-216.



todo o arbítrio, entretanto as circunstâncias nos obrigam a autorizar a Regência a tomar uma medida Provisória. [...] O que eu digo é, que uma vez que nós desgostemos os Povos, não poderemos marcar até onde poderão chegar os resultados; por isso me parece bem ordenar que a Regência seja interinamente autorizada para dar nisto providencias as mais prontas, sem se ligar, nem mesmo às formalidades determinadas pelas Leis.»<sup>15</sup>

Mas esta animosidade está para durar, Em 1826<sup>16</sup>, foi lido o Relatório e Parecer da Comissão encarregada de indicar os artigos da Carta Constitucional, cuja execução estava dependente de Leis regulamentares, e de indicar a urgência relativa destas. Entre estas, algumas eram relativas ao poder judicial<sup>17</sup>, e justamente no sentido de cercar a sua discricionariedade, prevenindo uma excessiva autonomia, que lhe permitisse usurpar funções de dizer o direito, contrariando a separação de poderes. O juízo sobre a magistratura, como instituição, não podia ser mais negro: «O Corpo da Magistratura é aquele, que mais mal tem feito ao Reino; mas também é o que mais cruelmente tem sido caluniado. Os Portugueses tem grande sede de Justiça; mas devemos confessar que a má administração desta nem procede da corrupção da Classe em massa, nem mesmo da prevaricação dos indivíduos exclusivamente. Há Magistrados mui respeitáveis pelas suas luzes, pelo seu desinteresse, e pela sua imparcialidade; se há muitos maus, é para admirar que seu número não seja ainda maior pelos poderosos estímulos, que as Instituições lhes ofereciam para prevaricarem. Começemos pela impunidade, assegurada de facto pela viciosa organização dos Tribunais [...]» (*ibid.*) No centro de tudo estava a arbitrariedade no decidir, que o antigo direito lhes conferia<sup>18</sup>, e que os juizes aparentemente utilizavam, o que aproximava o juiz português do *khadi* magrebino<sup>19</sup>.

Nem de tudo isto se trata neste magnífico dicionário. Nele se indicam apenas os detentores do poder judicial e se fornecem muitos elementos para o seu estudo como grupo e, portanto, para a sondagem das origens desse poder. Da intensidade, constância, generalidade e sentido dos usos dele se têm que ocupar outros estudos, também com

<sup>15</sup> DCGENP, de 10-04-1821, pp. 527 ss.

<sup>16</sup> DCG-CD, n.º 13, de 17-11-1826, pp. 85 ss.

<sup>17</sup> Além da sempre esperada e nunca efectuada lei da responsabilidade dos funcionários, indicavam-se: «Divisão do Território, que lhe respeita: Instituição, e Regimento dos Juizes de Paz, e dos Juízos conciliatórios; Organização, e Regimento dos Juizes, e Juízos de Primeira Instância (compreendendo os Jurados para as Causas Crimes); a Distribuição, Organização, e Regimento dos Tribunais de Segunda Instância, do Supremo Tribunal de Justiça, e da Câmara dos Pares do Reino, como Tribunal Criminal» (*ibid.*).

<sup>18</sup> «Há uma Lei de 1769, que dá a boa razão de cada um, i. e., o arbítrio do Juiz, como regra de julgar; há outra, que concede aos Desembargadores Poder discricionário para imposição das penas: acrescente-se o Poder colossal concedido aos Juizes de Fora, a mobilidade de todos os Lugares trienais, as dificuldades, e eternas delongas para novo despacho, a certeza de que o meio mais seguro para ser de novo empregado era o dinheiro, e as protecções; e a isto ajunte-se a servil dependência, em que o Magistrado estava, de todas os grandes Autoridades; e diga-se como seria possível que a Justiça fosse geralmente administrada com imparcialidade» (*ibid.*).

<sup>19</sup> «A inviolabilidade de facto, de que se tem revestido a Magistratura Portuguesa, faz com que a justiça em Portugal se administre mais arbitrariamente do que em Marrocos» (Deputado Alvares Pereira, em DCG-CD, n.º 44, de 5-3-1828, p. 689).

uma base empírica alargada. Também para isso, serve o estudo que com muito gosto introduzo, de exemplar modelo.

# OS DESEMBARGADORES NO ANTIGO REGIME (1640-1820)

Nuno Camarinhas

## Introdução

A estrutura da administração da justiça no Portugal de Antigo Regime foi lançada ainda durante o período de união das coroas ibéricas. Do ponto de vista da sua organização, do seu funcionamento, dos seus membros e das lógicas de movimentação no interior do aparelho, não se verificam grandes alterações entre o período anterior e o período posterior a 1640. No entanto, para podermos aumentar a qualidade dos dados a analisar, usaremos, neste estudo e para o dicionário, o ano da restauração da monarquia como baliza cronológica devido à exaustividade da documentação disponível, sobretudo, a partir da década de 60, quando dispomos de séries extremamente ricas.

Do ponto de vista institucional, os traços gerais da administração da justiça do Antigo Regime português são reconhecíveis a partir das reformas implementadas nos reinados filipinos. Com D. Filipe I, é outorgado o primeiro regimento ao Desembargo do Paço (1582)<sup>1</sup>, é ordenada uma nova compilação da legislação portuguesa que resultará nas *Ordenações Filipinas*<sup>2</sup>, é instituído o Conselho da Fazenda<sup>3</sup>, é criada a Relação do Porto a partir da extinção da Casa do Cível e da reforma da Casa da Suplicação<sup>4</sup>, é dado novo regimento à Relação de Goa<sup>5</sup>. D. Filipe II cria o primeiro tribunal de Relação no Brasil, na Baía, em 1609, depois de uma tentativa falhada em 1588<sup>6</sup>. No início do século XVII estavam

---

<sup>1</sup> «Regimento do Desembargo do Paço» de 27 de Julho de 1582. Este regimento será anexado às *Ordenações Filipinas*.

<sup>2</sup> A Lei de 5 de Junho de 1595 ordenava a reforma das *Ordenações* que, no entanto, só estariam concluídas e impressas no reinado de D. Filipe II, em 1603, entrando em vigor na sequência da publicação da Lei de 11 de Janeiro de 1603. Para ambas, veja-se «Legislação brasileira e portuguesa ordenando a execução das ordenações philippinas» in *Ordenações Filipinas*, Livro I, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870, pp. LXXV-LXXVIII.

<sup>3</sup> Regimento de 20 de Novembro de 1591. «Regimento da Fazenda», in José R. M. C. C. Sousa, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, vol. I, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 161-165.

<sup>4</sup> «Regimento da Relação da Casa do Porto» de 27 de Julho de 1582, J. A. De Figueiredo, *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais Raros para a Historia e Estudo Critico da Legislação Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, pp. 198 e seguintes; a Casa da Suplicação tem o seu primeiro regimento nas *Ordenações Filipinas* (1603) e uma primeira revisão dois anos depois, na Lei de 7 de Junho de 1605 (J. J. A. Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. I, p. 142).

<sup>5</sup> «Regimento da Relação, e Ministros da Justiça da Índia» in *Archivo Portuguez-Oriental*. (ed. por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara), Fasc. V, Parte III. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866, pp. 1124-1151.

<sup>6</sup> «Regimento da Relação do Estado do Brasil» de 7 de Março de 1609 in J. J. A. Silva, *op. cit.*, vol. I (1603-1612), Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, pp. 258-265.



# OS DESEMBARGADORES NA TRANSIÇÃO PARA O LIBERALISMO<sup>1</sup> (1820-1834)

*José Subtil<sup>2</sup>*

## Introdução

As modificações substanciais que subverteram o sistema político corporativo e fundaram as bases estruturais do regime liberal começaram a desenhar-se só depois das tropas miguelistas entregarem a cidade de Lisboa ao Duque da Terceira (24 de Julho de 1833).

Mas o processo político da afirmação do liberalismo que começou com o levantamento militar no Campo de Santo Ovídio e terminou na Convenção de Évora-Monte – a que se seguiu a deportação de D. Miguel para a Itália – foi marcado por períodos de intermitente perturbação. Durante a primeira fase, conhecida por triénio vintista (1820-1823), seria aprovada a Constituição (23 de Setembro de 1822) mas o golpe da Vila-Francada (27 de Maio de 1823) levaria à dissolução das Cortes Ordinárias, seguindo-se várias iniciativas régias para conciliar os interesses dos partidários do absolutismo com o dos implicados na revolução liberal. O segundo triénio (1823-1826) foi caracterizado por uma grande indefinição política e instabilidade social na sequência da revolta liderada por D. Miguel (golpe da Abrilada, 30 de Abril de 1824) para restaurar o absolutismo. O fracasso deste movimento teve como consequência o seu exílio e até à morte de D. João VI (10 de Março de 1826) o ambiente político degradou-se com o acentuar das hostilidades. Os acordos que D. Pedro, herdeiro do trono mas também imperador do Brasil e por isso impossibilitado de reinar, procurou alcançar não tiveram sucesso e conduziram o país à guerra civil. Embora, depois de abdicar na sua filha – D. Maria da Glória – e outorgar ao Reino uma Carta Constitucional (29 de Abril de 1826), tenha conseguido a restauração do regime liberal por um curto período de tempo (Julho de 1826 a Maio de 1828), o regresso de D. Miguel (Fevereiro de 1828), previsto nos acordos estabelecidos, viria a constituir novo desaire para os liberais uma vez que foram dissolvidas as câmaras e convocadas Cortes tradicionais que o proclamariam como rei absoluto (23 de Junho de 1828). Durante cerca de seis anos o governo do príncipe «usurpador da Coroa» confrontar-se-á com a reacção dos adeptos a favor do «Trono Legítimo e da Carta Constitucional» (1828-1834).

---

<sup>1</sup> Agradeço ao António Manuel Hespanha as sugestões e correcções que fez ao texto bem como as informações sobre Manuel Borges Carneiro (ver nota n.º 10).

<sup>2</sup> Agregado em História Institucional e Política Moderna pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

## ORIENTAÇÕES GERAIS

1 – Os núcleos documentais usados para a elaboração do dicionário foram os índices das chancelarias régias (desde D. João IV a D. Maria II), o Registo Geral de Mercês, a Leitura de Bacharéis e as Habilitações da Ordem de Cristo, pertencentes ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, e o Memorial de Ministros<sup>1</sup>, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal.

2 – Optou-se por dividir o dicionário em duas partes: uma referente aos desembargadores nomeados entre 1640 e 1819 e outra para os nomeados entre 1820 e 1834.

3 – Os desembargadores que estiveram em funções desde a Restauração mas que foram nomeados antes de 1640 estão assinalados com um \* asterisco.

4 – As entradas estão ordenadas alfabeticamente pelo nome próprio;

5 – A informação de cada verbete inclui o nome ou outros nomes utilizados pelo desembargador, grau académico, data de nascimento, naturalidade, nome do pai, naturalidade do pai, nome da mãe, naturalidade da mãe, nome do avô paterno, naturalidade do avô paterno, nome da avó paterna, naturalidade da avó paterna, nome do avô materno, naturalidade do avô materno, nome da avó materna, naturalidade da avó materna, ofícios desempenhados ordenados cronologicamente, atribuição de mercês e observações complementares.

6 – Foi actualizada a grafia para uniformizar os termos utilizados, incluindo toponímicos e patronímicos. Excepção feita às citações no campo das observações onde se optou por manter a ortografia e gramática originais.

7 – Abreviaturas: LB (Leitura de Bacharéis); MM (Memorial de Ministros)

8 – O índice onomástico permite a consulta de cada verbete.

Odete Pereira

---

<sup>1</sup> *Memorial de Ministros. Cathalogo Alfabético dos Ministros de Letras que servirão nestes Reynos de Portugal e Algarve, seus Domínios, e Conquistas Ultramarinas, Relações e Tribunais, como nelle se adverte. Dos mais antigos até o prezente de que se descobrio a noticia mais exacta (1723-1763)*, Frei Luís de São Bento, (códice n.º 1077); *Memorial de menistros: mapa genérico em que se expõem os nomes dos que tem havido neste Reyno e suas conquistas, (1756-1760)*, Frei Luís de São Bento, (códices n.ºs 1078 e 1079); *Ministros, antes de 1802*, Frei Luís de São Bento, (códices n.ºs 1073 a 1076).



**Acúrcio José de Magalhães** (Doutor), natural de Coimbra, filho de Domingos de Magalhães e de Micaela de Sousa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (25 de Fevereiro de 1745), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar (28 de Julho de 1745). Recebeu carta de doação da terça em fazendas no valor de 6000 cruzados que lhe fez sua mãe D. Maria Micaela de Sousa (20 de Novembro de 1733).

**Observações:** Não refere a idade. Morreu no mar, voltando da Baía para Desembargador do Porto (MM).

**Adrião da Costa e Sousa** (Licenciado).

Foi **Ouvidor de Castelo Rodrigo** (1638); **Juiz de Fora de Moura** (1640), alvará de Juiz de Fora de Moura por três anos (14 de Abril de 1642); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Esgueira** (alvará de 13 de Janeiro de 1648); **Juiz de Fora de Coimbra** (1649); **Conservador da Universidade de Coimbra** por três anos (carta de 19 de Setembro de 1653); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de 4 de Outubro de 1669). Recebeu alvará de promessa de 16\$000 réis de pensão em comenda da Ordem de Cristo com hábito respectivo (10 de Julho de 1653).

**Adrião Pereira Forjaz Sampaio** (Bacharel em leis), natural de Coimbra, nascido em 1776, filho de Diogo Pereira Forjaz de Sampaio (natural de Coimbra) e de Joaquina Máxima Pereira Frazão, neto paterno de Adrião Pereira de Sampaio e Mariana de Amorim Pessoa (naturais de Coimbra), e neto materno de Baltazar Jacinto Pires Frazão e Cecília Micaela Pereira da Costa (naturais de Coimbra).

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 16 de Maio de 1800); **Juiz do cível** (carta de 4 de Outubro de 1804); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de hábito de Cristo de 18 de Junho de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Abril de 1807). Recebeu carta de hábito de Cristo de 12\$000 réis de tença (16 de Julho de 1805).

**Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1799. O seu pai foi capitão-mor e morador em Tentúgal na quinta do Cedro. O habilitante era irmão do Desembargador José Maria Pereira Forjás de Sampaio, que tinha um filho com o mesmo nome do habilitante. Os seus avós paternos foram moradores na quinta da Peiria, no termo da cidade de Coimbra (LB).

**Afonso Botelho** (bacharel em leis), natural de Torre de Moncorvo, filho de Lourenço Botelho e de Bárbara Peres da Silva (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (posse a 1 de Julho de 1624); **Desembargador da Relação do Porto** (16 de Fevereiro de 1641); **Juiz dos Despachos da Mesa do Negócio das Contas do Reino** (alvará de 4 de Agosto de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Setembro de 1642); **Provedor de Torres Vedras** (alvará); **Provedor de Viana** (alvará). Recebeu carta de padrão de 10\$000 réis de tença cada ano (30 de Agosto de 1649), carta de cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo (29 de Setembro de 1657), carta de propriedade do ofício de Meirinho guardador e mediador do Paúl de Asseca, e alvará para Juiz de uma causa.

**Observações:** O seu pai foi moço da Câmara da Rainha D. Catarina e do Rei D. Sebastião, e ainda capitão-de-mar-e-guerra de uma nau da Índia (LB).

**Afonso Botelho Soutomaior** (Doutor), natural de Torre de Moncorvo, filho de Manuel Botelho Peres e de Leonor de Soutomaior (natural de Faro), neto materno de Pedro Camacho de Cordovil (natural de Loulé) e Guiomar Vieira Soutomaior (natural de Faro).

Foi **Juiz de Fora de Vouzela** (de 1662 a 1665); **Provedor de Viana; Desembargador da Relação do Porto** (carta com posse a 17 de Maio de 1683); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1685); **Juiz da Chancelaria** (carta de 8 de Janeiro de 1690); **Juiz do cível de Lisboa** (carta de 23 de Agosto de 1700), alvará de ordenado como Juiz do cível (18 de Setembro de 1700); **Corregedor do cível de Lisboa; Conselheiro da Fazenda** (carta de 4 de Junho de 1705); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 21 de Dezembro de 1705); **Chanceler das três Ordens Militares; Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (29 de Agosto de 1705), e alvará de 4\$000 réis para escrivania (23 de Fevereiro de 1706).

**Observações:** O seu pai foi capitão de Infantaria e governador do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. Leonor de Soutomaior era segunda mulher de seu pai. O habilitante casou-se com Francisca Teresa de Almeida, filha do Doutor Manuel Correia Freire e de sua segunda mulher Margarida de Abrada (LB).

**Afonso de Faro (D.)** (Bacharel), nascido em 1604, natural de Lisboa, filho de Francisco de Faro (primeiro conde do Vimeiro) e de Maria Ana da Guerra e Sousa (condessa), neto paterno de D. Francisco Luís de Faro e Guiomar de Castro, e neto materno de Pedro Lopes de Sousa e Antónia da Guerra.



## **II PARTE DO DICIONÁRIO**

### **OS DESEMBARGADORES ENTRE 1820 E 1834**

**Alberto Carlos Meneses** (Bacharel), nascido em 1761, natural de Leiria, filho de Carlos Alberto de Meneses e de Maria Teodora Ferreira de Sousa, neto paterno de Alberto Caetano da Costa e Maria Oriana de Andrade, e neto materno de Manuel Ferreira de Sousa e Anastácia Maria de Seixas (todos naturais de Leiria).

Foi **Inquisidor e Contador do Geral de Leiria** (provisão de mercê dos ofícios de 11 de Janeiro de 1790), carta de Inquisidor Distribuidor e Contador do Juízo Geral de Leiria (13 de Janeiro de 1800), provisão para nomear serventuário do ofício de Inquisidor do Juízo Geral de Leiria (3 de Setembro de 1823); **Juiz de Fora de Loulé** (carta de 4 de Junho de 1800); **Juiz de Fora de Soure** (carta de 16 de Junho de 1800), carta de Juiz de Fora de Soure com predicamento de primeiro banco (2 de Dezembro de 1805); **Superintendente da Agricultura nas Comarcas de Santarém, Setúbal e Évora** com o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1814), carta para ser aliviado do lugar de Superintendente da Agricultura do Sul e ficar com o lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Abril de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Novembro de 1829).

**Observações:** Leitura de Bacharel em 1785. O avô paterno era Meirinho da correição da Comarca de Leiria (LB).

**Alexandre Gamboa Loureiro** (Doutor), natural da freguesia de S. Paulo em Lisboa, filho de Agostinho José Loureiro (natural de Tondela) e de Maria Luísa Coutinho de Gamboa (natural de Cascais), neto paterno de Manuel Dias e Antónia Dias Alves (naturais de Tondela), e neto materno de Domingos Alexandre Alves de Coutinho (natural de Almada) e Maria Luísa de Gamboa (natural de Cascais).

Foi **Juiz de Fora da Ilha de Santa Maria** (carta de 21 de Junho de 1794); **Juiz de Fora de Vila do Campo** (carta de 16 de Agosto de 1803); **Escrivão da Câmara e Almotaçaria de Cascais** (provisão de mercê do ofício por morte de seu pai de 26 de Junho de 1813), carta de ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria de Cascais (8 de Agosto de 1821), provisão para nomear serventuário do ofício de escrivão da Câmara e almotaçaria de Cascais (14 de Junho de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Maio de 1825); **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 20 de Março de 1834); **Presidente da Relação de Lisboa** (carta de 20 de Julho de 1838); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 8 de Agosto de 1838). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real (17 de Janeiro de 1839).

**Observações:** Leitura de Bacharel em 1820. Pretende encartar-se porque o pai faleceu e ocupava o ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria de Cascais (LB).

**Amaro José de Araújo Velasco Camisão** (Bacharel), natural do Sabará.

Foi **Juiz de Fora de Monchique** (depois de 1810); **Juiz de Fora de Elvas** (depois de 1815); **Corregedor do Ribatejo** (1823), graduado em primeiro banco, reconduzido no mesmo lugar (carta de 17 de Fevereiro de 1826); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1829).

**André Manuel Pinto Veloso Coelho e Melo** (Bacharel).

Foi **Superintendente do tabaco de Trás-os-Montes** (carta de 24 de Julho de 1811); **Corregedor da Comarca de Barcelos** (provisão para estar ausente dois meses do seu lugar de 23 de Julho de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 9 de Julho de 1824). Recebeu carta de padroado (20 de Setembro de 1804), e alvará de confirmação de cessão e reivindicação do padroado da igreja de S. Nicolau de Carrazedo de Montenegro no Arcebispado de Braga (1 de Julho de 1822).

**Antero José de Maia e Silva** (Bacharel), nascido em 1770, natural de Tomar, filho de António Pedro da Maia e de Simpliciana Joaquina Constança da Silva, neto paterno de João Eusébio Maia e Maria Madalena dos Anjos, e neto materno de Manuel Mendes Godinho e Helena Maria Teresa da Silva (todos naturais de Tomar).

Foi **Juiz de Fora da vila da Sertã** (provisão de 26\$000 réis mais de aposentadoria 1 de Julho de 1803); **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 10 de Dezembro de 1804); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 28 de Julho de 1809); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de 28 de Agosto de 1809), carta de recondução de Corregedor da Comarca de Setúbal (22 de Setembro de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1823).

**Observações:** Leitura de Bacharel em 1793. «O bacharel Antero Joze da Maya e Silva advogado nos Auditores desta villa, tem praticado per espaço de hum anno, no exercissio de Advogado, tanto nas Audiencias deste Juizo, como no escritório do dito seu pai» (LB).

**António Barreto Ferraz Vasconcelos** (Bacharel em leis), natural de Aveiro, filho de Casemiro Barreto Ferraz de Vasconcelos e de Angelina Margarida Pereira Medela, neto paterno de José